



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
OITAVA CÂMARA**

Processo nº. : 10120.007849/2002-71

Recurso nº. : 142.949

Matéria : IRPJ – EX.: 1998

Recorrente : TRANSPORTES DOM BOSCO LTDA.

Recorrida : 2ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF

Sessão de : 09 DE DEZEMBRO DE 2005

Acórdão nº. : 108-08.676

RECURSO INTEMPESTIVO - Não se conhece do recurso interposto após o prazo de 30 (trinta) dias da ciência da decisão de primeira instância.

Recurso não conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por TRANSPORTES DOM BOSCO LTDA.

ACORDAM os Membros da Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso por intempestivo, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Dorival Padovan
DORIVAL PADOVAN
PRESIDENTE

Margil Nunes
MARGIL MOURÃO GIL NUNES
RELATOR

FORMALIZADO EM: 30 JAN 2006

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: NELSON LÓSSO FILHO, LUIZ ALBERTO CAVA MACEIRA, IVETE MALAQUIAS PESSOA MONTEIRO, KAREM JUREIDINI DIAS DE MELLO PEIXOTO, JOSÉ CARLOS TEIXEIRA DA FONSECA e JOSÉ HENRIQUE LONGO.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
OITAVA CÂMARA**

Processo nº. : 10120.007849/2002-71

Acórdão nº. : 108-08.676

Recurso nº. : 142.949

Recorrente : TRANSPORTES DOM BOSCO LTDA.

R E L A T Ó R I O

Contra a empresa TRANSPORTES DOM BOSCO LTDA., CNPJ 24.908.170/0001-37, foi lavrado o auto de infração do IRPJ, fls. 02/08 por ter a fiscalização constatado nos quatro trimestres do ano calendário 1997 a irregularidade descrita à folha de continuação do auto, fls. 03, como:

"Ausência de adição ao lucro líquido do período, na determinação do lucro real do exercício de 1998, do lucro inflacionário realizado no montante de R\$20.915,22, para cada trimestre do ano-calendário 1997, correspondente à realização mínima prevista na legislação, uma vez que a contribuinte não consignou qualquer valor na Linha 10 da Ficha 7 de todos os trimestres do período de apuração mencionado."

Inconformada com a exigência a autuada apresentou impugnação protocolizada em 08/11/2002, em cujo arrazoado de fls.38/50, alega em apertada síntese o seguinte:

A compensação da variação entre o IPC e a BTNF conforme Lei 8.200/91 a partir de 1993 fere a Carta Magna;

Não pode haver a retroatividade da Lei, somente sendo admitida para beneficiar o contribuinte; e,

Não deve ser aplicado o complemento da correção monetária de balanço.

Em 10/10/2003, foi prolatado o Acórdão DRJ/BSA nº. 7.834, doc.fls. 60/72, onde a Autoridade Julgadora "a quo" considerou procedente a exigência, expressando seu entendimento por meio da seguinte ementa:



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
OITAVA CÂMARA**

Processo nº. : 10120.007849/2002-71

Acórdão nº. : 108-08.676

"LUCRO INFLACIONÁRIO REALIZADO. A partir de 01.01.1995, a pessoa jurídica deverá considerar realizado mensalmente no mínimo 1/120, ou o valor efetivamente realizado (conforme a legislação de regência) do lucro inflacionário acumulado e do saldo credor da diferença de correção monetária complementar IPC/BTNF."

Infere-se pelos Extratos do Processo, doc.fl.73/75, gerados pela própria SRF, que houve a incorporação da contribuinte autuada pela empresa Transportes São Expedito Ltda., CNPJ 00.096.777/0001-00.

Cientificada da decisão de primeira instância em 02/06/2004 e novamente irresignada, apresenta seu recurso voluntário em nome de Transporte São Expedito Ltda., doc.fl.79/83, remetido por via postal em 06/07/2004, doc.fl.97, em cujo arrazoado de repisa os mesmos argumentos expendidos na peça impugnatória.

Pede inicialmente admissibilidade do recurso cuja ciência se deu em 09/06/2004 (quarta-feira) e o prazo para final para o recurso foi dia 11/06/2004 (sexta-feira).

A empresa Transporte São Expedito Ltda., CNPJ 00.096.777/0001-37, efetuou o arrolamento de bens para seguimento do recurso voluntário, doc.fl.85.

É o Relatório.





**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
OITAVA CÂMARA**

Processo nº. : 10120.007849/2002-71
Acórdão nº. : 108-08.676

V O T O

Conselheiro MARGIL MOURÃO GIL NUNES, Relator

Pela análise dos autos, verifico de antemão que a contribuinte não cumpriu o prazo legal de 30 (trinta) dias para apresentação do Recurso Voluntário, eis que, científica da decisão de primeira instância em 02/06/2004, quarta-feira, conforme AR de fls.76, somente apresentou seu Recurso Voluntário, remetido por via postal em 06/07/2004, terça-feira, como se pode depreender dos carimbos apostos pelos Correios no envelope de fls.97, ultrapassando assim o prazo final que seria em 02/07/2004.

A recorrente não observou os prazos conforme estabelecido nos artigos 23, 33 do Decreto 70.235/72.

Sendo incorretas as informações constantes de seu pedido inicial no recurso, portanto, intempestivo Recurso Voluntário interposto pela Contribuinte e definitiva a decisão ora recorrida, como determina o artigo 42 inciso I do Decreto 70.235/72.

Desta forma, deixo de apreciar as razões do recurso, porque dele não conheço.

Sala das Sessões - DF, em 09 de dezembro de 2005.

MARGIL MOURÃO GIL NUNES